



## COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE

**Resolução CNMP nº 145, de 14/06/2016**  
**Emenda Regimental nº 20, de 25/02/2019**

### ATA DA I REUNIÃO DO GT AMAZÔNIA

**Data: 10/06/2020, às 14 horas**

**Local: Videoconferência (Teams) - gravada**

#### **PARTICIPANTES:**

**CNMP:** **Tarcila Santos Britto Gomes** e **Vanessa Goulart Barbosa**, membras auxiliares da Comissão do Meio Ambiente (CMA) e **Mariana Bruxel de Vasconcelos**, servidora da CMA.  
**Colaboradores GT Amazônia presentes:** **Rita de Cássia Nogueira Lima**, Procuradora de Justiça/Coordenadora do CAOP-MAPHU, MPAC, **Carlos Augusto da Costa Pescador**, Promotor de Justiça/Engenharia Sanitária, MPAC, **Luis Henrique Correa Rolim**, Promotor de Justiça, MPAC, **Arthur César Pinheiro Leite**, Coordenador Técnico-Científico/ Engenharia Agrônômica. Pós em Ecologia e Manejo. Mestre Agroecossistemas, Coordenação Técnica-Científica/NAT, MPEAC, **Marcelo Ferreira de Freitas**, Analista Pericial/Engenharia Florestal-CAOP-MAPHU, MPAC, **Vângela Maria Lima do Nascimento**, Chefe do CAOP/Bióloga/Pós-Graduada em Auditoria, Perícia e Gestão Ambiental - CAOP-MAPHU, MPAC, **Meri Cristina Amaral Gonçalves**, Promotora de Justiça, MPAC, **Ana Carolina Haliuc Bragança**, Procuradora-Regional da República no Estado do Amazonas, MPF- AM, **Rafael da Silva Rocha**, Procurador-Regional da República no Estado do Amazonas, MPF- AM, **Marcelo Moreira dos Santos**, Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, MPAP, **Eliane Cristina Pinto Moreira**, Promotora de Justiça-Membro Colaboradora da CMA, MPPA, **Alan Castiel Barbosa**, Promotor de Justiça MPRO, **Márcia Cristina de Lima Oliveira**, Promotora de Justiça, MPAM, **Sylvio Henrique Lorena Duque Estrada**, Promotor de Justiça, MPAM, **Caio Lúcio Felon Oassis Barros**, Promotor de Justiça, MPAM, **José Maria da Silva Junior**, Procurador de Justiça e Membro Colaborador da CMA, MPTO, **Igor Lima Goettenauer de Oliveira**, Procurador da República PRM – Marabá, MPF -PA, **Cristina Seixas Graça**, Promotora de Justiça, MPBA, Presidente da ABRAMPA e Membro Colaboradora da CMA, **Luis Fernando Barreto Júnior**, Promotor de Justiça MPMA e Membro Colaborador da CMA, **Sheila Cavalcante Pitombeira**, Procuradora de Justiça, MPCE, e Membro Colaboradora da CMA, **Ednolia Evangelista de Almeida**, Promotora de Justiça MPPI, **Jorge Magalhães da Costa**, Analista Judiciário MPPI, **Luciano Furtado Loubet**, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental MPMS, **Luiz Alberto Esteves Scaloppe**, Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada Meio Ambiente MPMT, **Marcelo Caetano Vacchiano**, Promotor de Justiça, MPMT, **Vinicius Lameira Bernardo**, Promotor de Justiça – CAOP do Meio Ambiente MPRJ e professor de Direito Ambiental, **Daniel Marones de Gusmão Campos**, Promotor de Justiça - CAOP Meio Ambiente MPRJ, **Carlos Alberto Valera**, Promotor de Justiça, MPMG, **Felipe Martins de Azevedo**, Promotor de Justiça MPSC, **Daniel Martini**, Promotor de Justiça MPRS e Membro Colaborador da CMA e **Roberto Carlos Batista**, Promotor de Justiça MPDFT e Membro Colaborador da CMA.

No dia 10 de junho, às 14 horas, foi realizada reunião com os participantes acima relacionados, com o objetivo de iniciar os trabalhos e discussões acerca da temática de defesa da Amazônia, objetivo do Grupo de Trabalho recentemente criado pela Comissão de Meio Ambiente do



CNMP.

Abrindo a reunião, **a membra auxiliar da CMA, Dra. Tarcila**, contextualizou a primeira reunião do GT da Amazônia, elencando o tema como prioridade da CMA, principalmente no contexto atual do país. Reforçou a necessidade de discussão sobre a matéria diante do recorde histórico de desmatamento e queimadas na Amazônia em 2019, paralelamente ao menor índice de multas e aplicações de infrações administrativas pelo IBAMA, nos últimos vinte anos. Defendeu a criação de estratégias pelo grupo a fim proteger o bioma amazônico e acrescentou que a formação do grupo por membros atuantes não só na Amazônia foi proposital, no intuito de que os membros e técnicos atuantes nos outros biomas e com experiências exitosas pudessem auxiliar nesse trabalho.

**Dra Vanessa, também membra auxiliar da CMA**, fez breve relato histórico da CMA e esclareceu que no contexto do Plano Estratégico do CNMP surge o Plano Diretor da CMA e das outras diversas unidades do Conselho. Descreveu o processo de elaboração do PD para o biênio 2020-2021, bem como a definição dos eixos: Saneamento Básico e Sustentabilidade Institucional para a preservação do meio ambiente. Explicou que devido à pandemia a comissão precisou se adaptar às demandas que surgiram, tendo sido publicadas nesse período três Notas Técnicas, umas delas sobre o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Encerrou sua fala agradecendo a colaboração e manifestação de interesse dos presentes em participar do GT, que trata de um tema bastante caro para o MP brasileiro.

Em seguida, **os participantes** se apresentaram rapidamente. Após, a **Dra. Tarcila** explicou que a pauta para essa primeira reunião foi elaborada a partir de reuniões anteriores com órgãos como IPAM, MPF, MPEs, Serviço Florestal Brasileiro, entre outros, tendo sido definidos provisoriamente os objetivos do GT, porém a partir de então iniciariam um debate para definir quais as prioridades do grupo. Leu, então, a pauta preliminar da reunião, distribuída previamente para os colaboradores, que continha os objetivos do GT, quais sejam:

- OBJETIVO GERAL: Fomentar a atuação do Ministério Público na prevenção do desmatamento, queimadas e degradação ambiental na Amazônia Legal.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1) Integração entre MPF e MPEs no combate ao desmatamento e queimadas;
- 2) Articulação interinstitucional, especialmente com órgãos de fiscalização, instituições de ensino e pesquisa, institutos ambientais e movimentos sociais;
- 3) Aproveitamento das ações de resposta aos alertas dos sistemas de monitoramento de desmatamento e queimadas existentes no Brasil;
- 4) Disseminação da experiência do MPAC com os aparelhos medidores da qualidade do ar aos outros



MPs (Nota Técnica CMA 01/2020);

- 5) Levantamento da estrutura do MP ambiental na Amazônia e definição de estratégias para fortalecimento institucional, inclusive Forças-Tarefas;
- 6) Fomento à designação e cadastro de florestas públicas não destinadas na Amazônia (Lei 11.284/2006), bem como à realização de levantamento de sobreposições e cancelamento dos registros de proprietários privados em florestas públicas;
- 7) Levantamento da atuação exitosa dos MPs na proteção de outros biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e outros) e adaptação para a região amazônica;
- 8) Fomento à adequada gestão dos resíduos sólidos na Amazônia Legal.

Aberta à palavra para os participantes, **Dra. Cristina Seixas, MPBA**, iniciou sua fala informando que a Abrampa em parceria com o IBICT também enviou pedido de colaboração para os CAOMAs da Amazônia legal para apoio no preenchimento do questionário sobre a atuação do MP e para o encaminhamento às promotorias locais para que respondam sobre as condições dos municípios com relação ao saneamento básico, em especial resíduos sólidos.

**Dra Eliane, MPPA**, em sua manifestação fez três sugestões de alteração nos objetivos do GT: desmembrar objetivo número dois nos seguintes: 1) elaboração de estratégia específica com órgãos de fiscalização; e 2) estabelecimento de diálogo junto a sociedade civil. Outra sugestão apresentada também foi a definição de áreas específicas e prioritárias como alvos para atuação do GT, a partir dos dados que já estão disponíveis em relação às áreas mais críticas.

**Dra Tarcila** relatou já existir o mapeamento realizado pelo IBAMA das 10 áreas (hotspots) onde ocorrerão o desmatamento de forma mais intensa. Ressaltou a existência de uma ação judicial do MPF visando a criação de base dos órgãos de fiscalização mais importantes nesses locais mais críticos (tríplice fronteira, entre sul do Acre, norte de Rondônia e sul da Amazônia, norte de MT com sul da Amazônia e Pará, BRs 163, 230 158 no Pará, dentre outros). Complementou que esses locais levantados pelo IBAMA coincidem com os locais determinados pelo IPAM como mais graves, na Nota Técnica n. 04/2020.

**Dra Rita, MPAC**, relatou a instauração no CAOMA de um procedimento administrativo para acompanhamento da implantação e execução da Política Nacional sobre mudança do clima (Lei 12.187/2009). Informou que um dos instrumentos da lei é o plano para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, que deve ser criado individualmente por todos os estados e municípios da região amazônica, mas não costumam ser feitos ou não saem do papel. Foi orientado então que todos os promotores de justiça também instaurassem em suas comarcas os procedimentos administrativos necessários para acompanhamento das metas previstas nos planos. Menciona que a



falta de recursos e estrutura de pessoal dos órgãos de fiscalização é sempre utilizada como justificativa para a não implantação das medidas. Levantou, entretanto, a existência do Fundo Nacional sobre mudanças do clima (Decreto 9578/2018), que visa justamente o cumprimento dessa política. Deve haver uma observação da estrutura estabelecida e exigir que sejam cumpridas as metas do acordo de Paris, ao qual o Brasil se comprometeu. Ressaltou que MP deve fiscalizar e cobrar o cumprimento disso. Há instrumentos, mas não há implementação. Relatou que o MPAC assinou acordo de cooperação com o IPAM para a customização de plataforma para o acompanhamento desses planos citados. Acrescentou que o CAOMA está fazendo um kit com peças para subsidiar a atuação dos promotores de justiça no tema e se comprometeu a encaminhar também à CMA.

Foi sugerida a criação de equipe no Teams ou grupo de WhatsApp com os integrantes do GT.

**Dr. Barreto, MPMA**, se colocou à disposição para desenvolvimento de algum projeto relacionado aos resíduos sólidos da Amazônia, que tem os piores índices de saneamento básico no Brasil. Reafirmou a importância do combate ao desmatamento e às queimadas mas pontuou a necessidade de tratamento da temática de saneamento básico na Amazônia, principalmente no que se relaciona a resíduos que pode se transformar em renda, fortalecendo assim a cultura da floresta em pé, caso contrário o desmatamento/queimadas surgem como única opção de subsistência a muitos moradores.

**Dr. Luciano Loubet, MPMS**, declarou que apesar de não ser do bioma Amazônia, entende poder contribuir com sua experiência, principalmente sobre o controle do desmatamento, que já é um trabalho realizado no MS há 10 anos (NUGEO), no qual que fazem relatórios do desmatamento, cruzado com as licenças e com o CAR, que funciona muito bem com relação à demarcação da propriedade. Relatou a experiência do NUPAM que em parceria com uma universidade serve de assessoria remota para os Promotores de Justiça. Colocou-se à disposição também sobre os resíduos sólidos.

**Dra. Vanessa** afirmou que o lançamento do relatório anual de desmatamento de 2019 pelo Mapbiomas, ocorrido no final de maio passado, demonstrou que houve alertas de desmatamento em 2019 em todos os Estados e no Distrito Federal, sendo um problema comum a todos, mas cada um com seu bioma, não sendo uma questão específica da Amazônia. Concluiu então que o GT foi aberto para membros de outros biomas justamente para que todos possam contribuir com suas experiências e auxiliem na elaboração de uma estratégia em relação à Amazônia, considerando ainda a grande quantidade de informações e dados disponíveis sobre o local, devendo pensar principalmente em formas de prevenção. Destacou o excelente trabalho do MPF na Amazônia, especialmente no viés



repressivo (ajuizamento de ações para responsabilização dos desmatadores). Alertou também para o fato de que, embora 2019 tenha sido um ano recorde em desmatamento e queimadas, há previsão de que 2020 seja ainda pior, com o agravante da COVID-19, pois há estudos que comprovam que o aumento da poluição do ar decorrente da fumaça das queimadas agrava os sintomas da Covid-19 e aumenta a probabilidade de óbitos, por ser uma doença respiratória. Levantou a possibilidade de trabalhar o fortalecimento dos órgãos estaduais de fiscalização, sempre focados na prevenção, bem como criação de subgrupos para aprofundamento no tema.

**Dra. Eliane**, ressaltou a importância de estabelecer uma área piloto, por exemplo a APA Triunfo do Xingu, e a partir daí estabelecer discussões no caso concreto em relação às ações que podem ser tomadas, já que a complexidade e magnitude da região dificultam a organização da reflexão. Também deu outras sugestões para atuação do grupo quanto aos resíduos sólidos, considerando que não há locais de reciclagem de vidro na Amazônia, e também recolhimento de embalagens de agrotóxicos. Sugeriu, portanto, que na próxima rodada fosse eleito um tema, e que se debruçassem sobre ele para refletir o que poderia ser feito efetivamente para solucioná-lo.

**Dra. Tarcila** destacou artigo de Paulo Moutinho do IPAM, no qual descreve as ações que foram tomadas há alguns anos que diminuíram 80% do desmatamento e queimadas na Amazônia (2005 a 2012). Ressaltou ainda que o IBAMA recebeu um vultoso montante de recursos recentemente em consequência da Operação Lava-Jato.

**Dr. Alan, MPRO**, em sua contribuição ressaltou a importância da prevenção e de que as campanhas sejam elaboradas de forma a atingir realmente o público alvo, em áreas rurais, pois costumam ser veiculadas em áreas urbanas. Relatou o trabalho local da SEDAM, em que são realizadas visitas aos queimadores e palestras em áreas rurais. Destacou que apesar de existirem inúmeros problemas a serem tratados, devido a urgência o foco deve ser as queimadas.

**Dr. Caio, MPAM**, relatou entender que a legislação brasileira é feita para o Brasil, não para a Amazônia, que tem uma realidade não só de bioma, mas também social muito diferente de todo o restante do país. Sua comarca, Itamarati, fica a 12 dias de barco ou 5 horas de avião da cidade mais próxima. Ressaltou a ausência governamental total, a poluição dos rios advindas da falta de saneamento, o analfabetismo. Concordou com o Dr. Alan sobre a necessidade de foco e adequação ao público alvo nas campanhas de conscientização. Destacou a falta de trabalho de inteligência ambiental e sugeriu a criação de GAECO Ambiental na Amazônia, ou grupo de promotores especializados em investigação com inteligência de crimes ambientais relevantes. Dentre as diversas falhas na prevenção e no combate aos crimes ambientais ainda ressaltou que de nada adiantam os alertas ou o montante destinado ao IBAMA, pois não há recursos humanos para realizar as

fiscalizações, declarou, por exemplo, que não existe polícia ambiental no interior do Amazonas, que a legislação favorece os criminosos ambientais, que não ficam presos e voltam a praticar os mesmos crimes, ao passo que muitas vezes o agente que é detido (quem está cortando a árvore no momento) não possui condições financeiras para arcar com a reparação de danos ambientais, já que é apenas a ponta de todo um esquema.

A partir da fala do Dr. Caio, a **Dra. Tarcila** propôs a elaboração de documento em que fosse sugerido aos Procuradores-Gerais de Justiça da Amazônia Legal a criação de Forças-tarefas para atuação nesse período crítico de queimadas que se aproxima, bem como a integração entre eles, além de um acordo entre CNMP, os MPs e Mapbiomas para compartilhamento dos relatórios de desmatamento detalhados para subsidiar a atuação dos grupos.

**Dr. Daniel Marrones, MPRJ**, destacou três ideias a partir dos objetivos descritos na pauta da reunião:

1) Dentro do objetivo levantamento da estrutura do MP ambiental – fazer também o levantamento de ferramentas, bancos de dados, cadastros, instrumentos tecnológicos que já são usados pelos MPs (instrumentos próprios, não só ambientais), e sua utilização ou adaptação para atuação na prevenção do desmatamento, tanto em ações como convencimento e conscientização da população, transparência da informação;

2) Dentro do objetivo articulação interinstitucional com a sociedade civil – fazer o levantamento de iniciativas, projetos, trabalhos, ações que já estão em curso por institutos de pesquisa, sociedade civil, ongs nacionais e internacionais na prevenção do desmatamento e verificar com os MPs da Amazônia os que têm credibilidade para utilização no convencimento e engajamento da população local e das pessoas que colaboram com atividades ilícitas como meio de subsistência, por falta da opção;

3) Dentro do objetivo articulação interinstitucional com os órgãos de fiscalização – estabelecer contato com órgãos de fiscalização internacional dos países que fazem fronteira com a Amazônia e verificar a política ambiental desses países para proteção do bioma, que não respeita fronteiras de estados soberanos.

**Dra. Cristina, MPBA**, destacou que existe ADI no STF em curso por falta de aplicação dos recursos existentes no Fundo Amazônia e no Fundo do Clima. Informou o ingresso de ação pela Abrampa com relação ao despacho do IBAMA que autoriza a exportação de madeira sem origem. Destacou a importância do questionário para a verificação da estrutura do MP ambiental e a discussão sobre resíduos sólidos dentro do saneamento. Em relação às mudanças climáticas, afirmou que a atuação tem que ser internacionalizada, uma vez que as metas assumidas pelo Brasil em acordos



internacionais não estão sendo cumpridas (redução de emissão de gases, do desmatamento etc).

**Dr. José Maria, MPTO**, fez um resgate histórico acerca de tentativas anteriores de integração dos PGJs da Amazônia, como o PGAI - Programa de Gestão Ambiental Integrada, que ocorreu no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), financiado com recursos internacionais, tendo como agente o Banco Mundial e a interveniência do Ministério de Meio Ambiente, visando o fortalecimento institucional dos governos e Ministérios Públicos dos estados da Amazônia Legal. Porém, afirmou que como o mandato dos PGJs é de 2 anos, tudo se perde, ressaltando a importância do CNMP para a continuidade das iniciativas, pois tem força para fomentar e recomendar aos MPs. Destacou a importância do fortalecimento dos Centros de Apoio e do corpo técnico dos MPs, que poderá ser feito a partir do diagnóstico realizado com os questionários, bem como a integração das equipes técnicas e das tecnologias utilizadas, além do aprimoramento dos laboratórios de geoprocessamento e parques tecnológicos dos MP. Levantou a necessidade de inteligência para buscar aqueles que realmente se aproveitam financeiramente das queimadas e desmatamento. Compartilhou a experiência do MPTO na diminuição de queimadas em 2019 nas áreas mais críticas levantadas de 2016 a 2018 (cicatrices das queimadas – INPE), a partir do cruzamento de informações das áreas com os dados do CAR e a notificação dos proprietários, porém foi feito manualmente, pois faltaram mecanismos de automatização. Acrescentou que a mídia tem interesse em acompanhar e divulgar essas iniciativas. Por fim, sobre o saneamento básico, lembrou das experiências exitosas do MPRS e MPMS, porém asseverou que o MP deve atuar para que o município institua a política pública municipal de gestão ambiental, com foco no saneamento, bem como focar no acompanhamento do cumprimento das metas de resíduos sólidos dos planos municipais, com auxílio dos Tribunais de Contas.

**Dr. Marcelo Vacchiano, MPMT**, relatou não haver no MT omissão dos órgãos em relação ao tema, pois foi realizado o Planejamento Estratégico contra o desmatamento do MPE, MPF e outros órgãos de fiscalização (Comitê Estratégico), contendo os locais mais críticos. Afirmou que o MPMT tem estrutura tecnológica e peças pronta. Explicitou que é feita a análise da cicatriz de queimadas de forma automatizada, em plataforma obtida mediante acordo de cooperação técnica com o INPE, porém somente para o cerrado, que poderia ser adaptada para o bioma amazônico e alterar o foco para focos de queimadas e não cicatrizes. Afirmou que o MPMT trabalha com o Prodes e Deter-INPE e possui o “Projeto Satélites Alertas”, no qual são gerados relatórios técnicos automatizados cruzando as informações contidas em plataformas de dados consolidados e estáticos, com dados dinâmicos do desmatamento do Prodes. Foram identificados os municípios mais desmatados ilegalmente em 2018 e 2019, totalizando 100.000 hectares, gerando os respectivos relatórios com



imagens de alta resolução. Então identificaram os proprietários pelo CAR e efetuaram contato por email e telefone, já tendo as peças prontas (ofícios, portaria ICP, notificação) e com estrutura para analisar as defesas prévias dos proprietários. Por sua vez, a SEMA identifica os desmatamentos semanalmente e também tem atuação. Apesar de tudo isso, o que preocupa é que o desmatamento aumentou 40% no MT no último ano. Acredita que tem estrutura para emissão de relatórios para outros Estados através da plataforma customizada pelo INPE para o MPMT, desde que a base geográfica do CAR seja minimamente confiável para identificação do responsável pela área. Todo o trabalho é coordenado pela Procuradoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente, titularizada pelo Dr. Luiz Scaloppe. .

**Dr. Roberto Carlos, MPDFT**, relatou a grande convergência de intenções dos participantes da reunião, resumindo que se faz necessário os seguintes inventários/compilações: 1) bancos de dados, sistemas, ferramentas técnicas; 2) experiências dos MPEs e MPF, judiciais e extrajudiciais e resultados objetivos junto ao P. Judiciário e P. Executivo; 3) medidas contra o desmantelamento do IBAMA e outros órgãos de fiscalização, porque sem fiscalização não se resolverá o problema; 4) contato e aproximação com MPs dos países fronteiriços com Amazônia (Redempa); 5) levantamento de organismos da sociedade civil nacionais e internacionais que atuam na Amazônia, que realizam ou financiam projetos com recursos. Ressaltou que as experiências devem ser compiladas para formação de estratégia mais fortalecida e para que não se percam. Colocou-se à disposição para integrar os subgrupos de resíduos sólidos e mudanças climáticas.

**Dra. Rita, MPAC**, divulgou que em 15 a 18 de junho ocorrerá um workshop e apresentação, capacitação de plataforma “MapFire”, criada para acompanhar as cicatrizes de queimada da região de fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru (MAP - Madre de Diós, Acre e Pango), mas que poderá ser customizada para os outros estados. Sobre questão da força-tarefa, entende que agora é inviável devido a COVID-19 mas que já é uma ideia colocada em ação. Sugeriu uma reunião com a Frente dos Estados Amazônicos, já que os governadores estão dispostos também a atuar no combate aos ilícitos ambientais e desmatamentos ilegais. Acrescentou que a defesa da Amazônia também é uma questão econômica, pois países podem fazer embargos aos produtos do Brasil ligados aos desmatamentos e queimadas.

**Dr. Carlos Valera, MPMG**, afirmou que há várias ações dos MPEs e MPF dispersas, ao passo que a geotecnologia é o caminho que deve ser seguido. Sugeriu que as geotecnologias sejam hospedadas no CNMP para facilitar o compartilhamento. Explicitou que o MPMT ganhou o prêmio Innovare com o projeto Olhos da Mata, ao passo que o MPMG tem experiências do NUCRIM e NUCAM, inclusive com a utilização de inteligência ambiental na área criminal ambiental. Ressaltou





que devem ser utilizados argumentos econômicos para convencer e conseguir a adesão de todos ao tema. Falou da importância do PEA – Programa de Educação Ambiental, a fim de produzir a cultura de que o meio ambiente pode crescer juntamente com a economia. Levantou a importância do diálogo com o judiciário também já que é através do judiciário que se concretizam as reparações de danos, ao todavia, leva-se cerca de 6 anos para uma decisão de mérito em ACP em MG.

**Dr. Luiz Scaloppe, MPMT**, relatou sua atuação em integração com outros MPs nacionais e internacionais. Afirmou que em parceria do MPMT com o MPMS realizaram curso técnico de geoprocessamento para técnicos de fiscalização da Argentina e Bolívia, ao passo que a escola do MP do Peru demonstrou interesse na integração com o Brasil e serão realizados encontros no Peru em junho e agosto do corrente ano. Em relação ao Parque Serra de Ricardo Franco, o MPMT acabou de conseguir uma vitória judicial, com reversão histórica, sendo necessária a integração com a Bolívia, pois compartilham o parque. Afirmou que está conversando com o MPMGO para integração em relação ao Rio Araguaia. No que tange ao Arco Verde, o MT recebeu R\$ 180 milhões do Banco de Desenvolvimento Britânico com a promessa de redução do desmatamento, porém não conseguiram atingir a meta. Ressaltou que há muito desmatamento na fronteira com o Pará, inclusive a divisa entre os Estados está sub judice. Ficou surpreendido com a organização e avanço das queimadas com o aparecimento da covid-19, pois aumentaram muito rápido e quando foram ver já tinha acontecido.

**Dr. Igor, MPF-PA**, afirmou que chegou recentemente em Marabá e ainda está tomando pé da situação, ressaltando que a cidade sofreu com ciclos de extrativismo predatório, apresentando graves problemas com mineração. Faz parte do Amazônia Protege do MPF, que apresenta automatização de etapas, inclusive geração automática de ACPs, o que permite um grande número de ações judiciais. Disse que faz coro a tudo que foi dito e concorda em estabelecer instrumentos de prevenção do desmatamento.

### **ENCAMINHAMENTOS:**

- **Ficou designada a próxima reunião virtual para 03 de julho de 2020, às 14 horas;**
- Definição sobre a criação de subgrupos, tendo sido sugeridos os temas desmatamento e queimadas; saneamento básico/resíduos sólidos; mudanças climáticas; levantamentos do MP e instituições da sociedade civil na Amazônia; caso concreto com escolha de área crítica de desmatamento e queimada, dentre outros;
- Criação do grupo de WhatsApp com os integrantes do GT;
- Criação de pasta no Google Drive para compartilhamento de materiais sobre o tema;



- A elaboração de documento ou outra iniciativa para fomentar a criação pelos Procuradores-Gerais de Justiça de Forças-tarefas ou grupos de atuação especial nesse período crítico de queimadas;
- Cobrar respostas dos MPs ao formulário eletrônico para diagnóstico da estrutura ambiental;
- Tratativas para firmar acordo de cooperação técnica com Serviço Florestal Brasileiro para auxiliar nos objetivos do GT – **reunião virtual designada para o dia 23/06/2020, às 15 horas, aberta aos integrantes do GT que quiserem participar;**
- Tratativas para firmar acordo de cooperação técnica com o MapBiomias para acesso dos MPs aos relatórios de desmatamentos e curso de capacitação;
- Encaminhamento pelos participantes do material discutido e relatado durante toda reunião para disponibilização na página da CMA e Google drive (MPAC, MPMS, MPMT, MPTO);
- Cobrança dos MPs para encaminharem respostas ao formulário eletrônico sobre estrutura do MP ambiental.

A reunião foi encerrada às 16:40 horas.

**Tarcila Santos Britto Gomes**  
**Membra Auxiliar da CMA-CNMP**

**Vanessa Goulart Barbosa**  
**Membra Auxiliar da CMA-CNMP**

### **SUGESTÕES APRESENTADAS PELO CHAT**

[10/06 14:41] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

Caros. Da minha parte - que estou fora do Bioma Amazônico - teria alguma condição de colaborar com o item 07 (melhores práticas) e 08 (Resíduos Sólidos). No item 07, temos um bom programa de monitoramento do desmatamento pelo MP, há mais de 10 anos, com um bom acompanhamento das medidas adotadas. No item 08, temos alguma experiência na área de resíduos sólidos aqui no MS. Nos dois pontos, faço ressalva que a realidade amazônica é muito diferente, razão pela qual acho bem complexo conseguir replicar iniciativas de outras partes do Brasil.

[10/06 14:44] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

Sugiro como primeira ação concreta do GT da Amazônia (AINDA PARA JUNHO), a realização de uma campanha educativa com foco nas queimadas e a COVID19. Como forma tb de apresentar do GT a sociedade. Podemos ajudar na criação das artes e etc...

[10/06 14:49] Eliane (Convidado)



Luciano, Achei super interessante tuas sugestões. Também gostaria de conhecer a experiência de vocês n incentivo á criação das RPPNS, creio que foi uma atuação sua, correto?

[10/06 14:50] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)  
Sim, WhatsApp

[10/06 14:50] Sylvio Duque Estrada (Convidado)  
um grupo do whats app fica melhor, mais prático

[10/06 14:50] Marcelo Caetano Vacchiano (Convidado)  
whatsApp

[10/06 14:50] Rafael Rocha - MPF/AM (Convidado)  
Voto no Whatsapp

[10/06 14:51] Luciano Furtado Loubet (Convidado)  
Não Eliane. Eu cheguei a fazer TACs para criação de RPPNs, em razão de dano ambiental, mas não andou muito. Mas no pantanal há sim, uma rede de RPPNs bem grande, criada de forma voluntária.

[10/06 14:51] Sheila Cavalcante Pitombeira (Convidado)  
outro grupo de WhatsApp?

[10/06 14:51] ednolia@mppi.mp.br  
Perfeito, Dra. Rita. De fato, enquanto órgãos de execução e notadamente diante do período eletivo, os promotores de justiça estão assoberbados e isso facilita a atuação.

[10/06 14:51] Wagner de Moura Francisco (Convidado)  
whatsapp

[10/06 14:52] Meri Cristina (Convidado)  
Voto no whatsapp

[10/06 14:52] pergh (Convidado)  
whatsapp

[10/06 14:52] Rita de Cássia Nogueira Lima (Convidado)  
Verdade, Ednólia! Já fui Promotora no interior e sei das dificuldades! Penso que seja este o trabalho do CAOP

[10/06 14:53] Rita de Cássia Nogueira Lima (Convidado)  
Prefiro WhasApp

[10/06 14:54] José Maria da Silva Junior (Convidado)  
Creio que o Whatsapp é mais dinâmico.

[10/06 14:55] Eliane (Convidado)  
Barreto, Seria interessante tratar de alguns tipos de residuos especificos? Como Vidro que não tem reciclagem na Amazônia?

[10/06 14:55] Eliane (Convidado)



tenho interesse no sub grupo

[10/06 14:56] José Maria da Silva Junior (Convidado)

Tenho interesse no sub grupo

[10/06 14:58] pergh (Convidado)

Acredito que eu tenha entrado na reunião com outro link, que não me identifica. Felipe Martins de Azevedo -

[10/06 14:58] pergh (Convidado)

[fazevedo@mpsc.mp.br](mailto:fazevedo@mpsc.mp.br)

[10/06 14:58] pergh (Convidado)

[fazevedo@mpsc.mp.br](mailto:fazevedo@mpsc.mp.br)

[10/06 14:58] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

encaminho sim.

[10/06 14:59] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

já está cadastrado no CNMP.

[10/06 14:59] Rita de Cássia Nogueira Lima (Convidado)

Perfeito, Luciano!!

[10/06 14:59] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

vou encaminhar esses projetos.

[10/06 15:00] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

Temos um projeto estratégico na área de resíduos sólidos aqui no Acre, me disponho a participar do subgrupo de resíduos

[10/06 15:02] Marcelo Moreira (Convidado)

Encaminharei por email, mas sugiro: a) relacionar essa nossa atuação com os ODS 2030 (especificamente o n. 15 - gestão sustentável e perda da biodiversidade); b) integração do combate ao desmatamento com outras políticas públicas (fundária, fiscal, serviços ecossistêmicos); c) criar um subgrupo específico sobre monitoramento remoto para melhorar metodologias e partilhar apoio técnico.

[10/06 15:02] Marcelo Moreira (Convidado)

Encaminharei por email, mas sugiro: a) relacionar essa nossa atuação com os ODS 2030 (especificamente o n. 15 - gestão sustentável e perda da biodiversidade); b) integração do combate ao desmatamento com outras políticas públicas (fundária, fiscal, serviços ecossistêmicos); c) criar um subgrupo específico sobre monitoramento remoto para melhorar metodologias e partilhar apoio técnico.

[10/06 15:02] Rita de Cássia Nogueira Lima (Convidado)

Excelente sugestão Vângela

[10/06 15:03] Sheila Cavalcante Pitombeira (Convidado)



vou ter que sair, como havia antecipado

[10/06 15:03] Wagner de Moura Francisco (Convidado)

A ata já foi enviada? não recebi

[10/06 15:06] Caio Lúcio Fenelon Assis Barros - MPAM (Convidado)

gostaria de falar

(1 curtiu)

[10/06 15:07] Rita de Cássia Nogueira Lima (Convidado)

Marcelo, aqui no Acre, tudo relacionamos com os ODS, essa nossa ação está ligada ao ODS 3, 13, 15 e 17, penso. Tem sempre que ter articulação e integração entre todos nós

[10/06 15:07] Rita de Cássia Nogueira Lima (Convidado)

Marcelo, aqui no Acre, tudo relacionamos com os ODS, essa nossa ação está ligada ao ODS 3, 13, 15 e 17, penso. Tem sempre que ter articulação e integração entre todos nós

[10/06 15:07] Mariana Bruxel de Vasconcelos

[pauta Reunião GT Amazônia 10.06.20.pdf]

([https://cnmpmpbr-](https://cnmpmpbr-my.sharepoint.com/personal/marianavasconcelos_cnmp_mp_br/Documents/Arquivos%20de%20Chat%20do%20Microsoft%20Teams/pauta%20Reuni%C3%A3o%20GT%20Amaz%C3%B4nia%2010.06.20.pdf)

[my.sharepoint.com/personal/marianavasconcelos\\_cnmp\\_mp\\_br/Documents/Arquivos de Chat do Microsoft Teams/pauta Reunião GT Amazônia 10.06.20.pdf](https://cnmpmpbr-my.sharepoint.com/personal/marianavasconcelos_cnmp_mp_br/Documents/Arquivos de Chat do Microsoft Teams/pauta Reunião GT Amazônia 10.06.20.pdf))

[10/06 15:07] Eliane (Convidado)

Marcelo, eu concordo com a abordagem pela Meta 15, vou compartilhar uma reflexão que tenho sobre isto. É um caminho interessante mesmo

[10/06 15:09] Eliane (Convidado)

Sugiro que tomemos como ponto de partida um problema, a apresentação de áreas críticas e refletir conjuntamente sobre o caso, pois daí podem derivar reflexões que direcionem nossas ações concretas. Peço apenas que isso seja urgente, pois o problema

[10/06 15:14] Marcelo Moreira (Convidado)

Estou de acordo, Rita.

[10/06 15:18] Caio Lúcio Fenelon Assis Barros - MPAM (Convidado)

eu tenho que sair daqui uns 10 minutos, tenho outro compromisso, entao se eu puder falar depois do Dr. Alan Castiel, seria excelente

[10/06 15:27] Alan Castiel Barbosa (Convidado)

Colegas, tenho que me ausentar por conta de outro compromisso. aguardo o material no meu email e estou à disposição para colaborar com o que eu puder

[10/06 15:27] Marcelo Moreira (Convidado)

Eliane. concordo com a abordagem metodológica a partir de casos concretos. Estou contigo.

[10/06 15:31] Marcelo Moreira (Convidado)

Tarsila, além da reunião com os Procuradores Gerais seria o caso de criarmos, via CNMP, uma pauta com o Consórcio de Estados Amazônicos que têm "uma discussão ambiental".



[10/06 15:33] Eliane (Convidado)

A fala do Caio é muito importante, será que ele poderia esclarecer como pensa que seria possível o cnmp contribuir para uma nova realidade

[10/06 15:33] Eliane (Convidado)

?

[10/06 15:35] Eliane (Convidado)

Sugiro também que tenhamos uma distribuição entre os integrantes, para auxiliar no preenchimento do formulário do cnmp, a designação de interlocutores com os mps locais e mpf

[10/06 15:39] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

Colegas. Esqueci de dizer que sou também secretário da Rede latino-americana de Ministério Público Ambiental. Temos colegas bem atuantes no Peru, Colômbia. Posso colocar em contato.

[10/06 15:39] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

Bolívia quase zero de articulação e Venezuela todos sabem como está.

[10/06 15:40] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

Mas nesses contatos internacionais me coloco à disposição, junto com nosso colega do MPMT, Scalopp, que é o coordenador geral da rede.

[10/06 15:42] Meri Cristina (Convidado)

Na Bolívia, a equipe técnica trabalha muito próxima dos técnicos do Acre. Em relação a atuação do MP deles, há muita diferença em relação a nós. E a fiscalização é tão precária quanto a nossa, atualmente.

[10/06 15:44] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

Seria interessante conseguir o contato dos membros do MP da Bolívia Meri. estamos tentando reativar o grupo amazônico na rede.

[10/06 15:44] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

me manda depois por zap por favor.

[10/06 15:45] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

Colegas, tenho que me retirar, outra reunião. grato.

[10/06 15:45] Luciano Furtado Loubet (Convidado)

Colegas, tenho que me retirar, outra reunião. grato.

[10/06 15:45] Meri Cristina (Convidado)

Podemos identificar sim, Luciano. E repassamos.

[10/06 15:46] Meri Cristina (Convidado)

Pós pandemia, poderemos estabelecer um contato mais próximo.

[10/06 15:47] Caio Lúcio Fenelon Assis Barros - MPAM saiu da conversa.

[10/06 15:48] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)



Estamos em fase de teste de um sistema on-line para acompanhamento do cumprimento dos TAC's na área de Saneamento Básico/Resíduos Sólidos, podemos compartilhar com os demais Estados.

[10/06 15:50] Sylvio Duque Estrada (Convidado)

Respondendo ao colega, aqui na trílice fronteira o acesso é difícil mesmo para quem desmata. Há o desmatamento realizado pelas comunidades indígenas para plantio de subsistência e para expansão orgânica da cidade em si, mas não há desmatamento para extração de madeira ou grandes pastagens a nível comercial. A região do Alto Solimões não possui essa característica. Os problemas são outros, como saneamento e marcadamente o tráfico. Então a cooperação existe entre as cidades irmãs, mas não no plano ambiental.

[10/06 15:53] Marcelo Moreira (Convidado)

Sempre bom ouvir os amigos. Parabéns José Maria.

[10/06 15:54] Marcelo Moreira (Convidado)

Peço desculpas, mas terei que sair em 10 mi n. Tenho outro compromisso daqui a pouco.

[10/06 15:56] Alan Castiel Barbosa (Convidado)

Colegas, foi um prazer. Até a próxima. Tenho que me ausentar agora.

[10/06 16:01] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

[https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anu%C3%A1rio\\_da\\_Gest%C3%A3o\\_de\\_Res%C3%ADduos\\_no\\_Estado\\_do\\_Acre\\_-\\_2019.pdf](https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anu%C3%A1rio_da_Gest%C3%A3o_de_Res%C3%ADduos_no_Estado_do_Acre_-_2019.pdf)

[10/06 16:01] Eliane (Convidado)

Sugestões:

[10/06 16:01] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

Um pouco de nossa experiência com resíduos no Estado do Acre

[10/06 16:02] Roberto Carlos Batista (Convidado)

Boa tarde. Ontem mandei um e-mail para viabilizar a participação de técnico e outra colega do MPDFT, mas eles não conseguiram entrar. Gostaria de saber se vcs receberam a mensagem.

[10/06 16:02] Marcelo Caetano Vacchiano (Convidado)

o Dr Saloppe está pedindo o link para entrar na reunião. tem como enviar por favor?

[10/06 16:02] Luiz Alberto Esteves Scaloppe ingressou na reunião.

[10/06 16:02] Marcelo Caetano Vacchiano (Convidado)

o dr scaloppe acabou de entrar

[10/06 16:02] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

Subgrupos

[10/06 16:03] Mariana Bruxel de Vasconcelos

meioambiente@cnmp.mp.br



[10/06 16:03] Eliane (Convidado)

1. dividir entre nós a responsabilidade para "cobrar" a resposta do questionário do cnmp, pois muitas das questões trazidas aqui tem resposta no questionário. 2. envio de peças e modelos para composição de um banco de dados aplicável ao gt amazonia; 3. que o cma envie o relatório do ibct aos pgs solicitando auxílio na obtenção das respostas; 4. estudo de caso com o envolvimento dos caoma e dos pjs locais da área a ser estudada

[10/06 16:10] José Maria da Silva Junior (Convidado)

Marcelo, se possível compartilhe cópia desse acordo com o INPE.

[10/06 16:13] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

Inventariar a aplicação dos orçamentos dos projetos em andamento dos grandes financiadores: Fundo Amazônia, Banco Mundial, BID, KFW/Reino Unido e outros

[10/06 16:15] Marcelo Moreira (Convidado)

Preciso me ausentar. Parabéns pela excelente reunião. Fico à disposição para integrar o grupo desmatamento e queimadas. Obrigado.

[10/06 16:15] Felipe Martins de Azevedo (Convidado)

Seria importante também solicitar ao IBAMA qual é o planejamento para a aplicação dos recursos recebidos da Lava-Jato, conforme foi mencionado.

[10/06 16:17] Marcelo Caetano Vacchiano (Convidado)

jose maria, qual seu telefone?

[10/06 16:17] Marcelo Caetano Vacchiano (Convidado)

não tenho salvo na minha agenda

[10/06 16:17] Marcelo Caetano Vacchiano (Convidado)

não tenho salvo na minha agenda

[10/06 16:18] ednolia@mppi.mp.br

Precisarei me ausentar. Excelente reunião e ficarei no aguardo da ata e dos demais materiais a serem enviados e encaminhamentos. Boa tarde a todos.

[10/06 16:18] Marcelo Moreira saiu da conversa.

[10/06 16:19] Luis Fernando C Barreto Junior (Convidado)

Caros amigos, estou de plantão hoje e preciso entrar em contato com o Juiz de Plantão. Obrigado pela oportunidade, contem comigo e até a próxima. Peço licença para sair.

[10/06 16:19] Luis Fernando C Barreto Junior (Convidado) saiu da conversa.

[10/06 16:23] Eliane (Convidado)

concordo Valera, seria interessante ter uma base de dados no cnmp

[10/06 16:25] Felipe Martins de Azevedo (Convidado)

Tarcila, eu gostaria de falar ao final.





[10/06 16:26] José Maria da Silva Junior (Convidado)  
Tarcila. Tem ainda o Sub Grupo das Políticas das Mudanças

[10/06 16:27] José Maria da Silva Junior (Convidado)  
Mudanças Climáticas

[10/06 16:27] Roberto Carlos Batista (Convidado)  
Scaloppe eu falo espanhol , Pode contar se precisar

[10/06 16:27] José Maria da Silva Junior (Convidado)  
63 99939 2292 Marcelo

[10/06 16:28] Felipe Martins de Azevedo (Convidado)  
Eu também falo espanhol. Estou à disposição, se for necessário.

[10/06 16:28] Felipe Martins de Azevedo (Convidado)  
Eu também falo espanhol. Estou à disposição, se for necessário.

[10/06 16:28] Rita de Cássia Nogueira Lima (Convidado)  
José Maria, penso que os desmatamentos e a política climática estão vinculados. O PPCDQ é um instrumento da PNMC - Lei 12.187/09

[10/06 16:29] José Maria da Silva Junior (Convidado)  
Scaloppe, temos duas Promotorias Regionais com atuação na Bacia do Araguaia.

[10/06 16:30] Rafael Rocha - MPF/AM (Convidado)  
Pessoal, tenho outra reunião agora. Foi uma conversa muito produtiva. Um abraço a todos!

[10/06 16:32] José Maria da Silva Junior (Convidado)  
Concordo Rita, mas como se pretende a capilarização dessa Política acredito que será um trabalho a médio e longo prazo que mereceria um Sub Grupo específico. Já que a agenda das queimadas e desmatamentos é mais urgente.

[10/06 16:36] Eliane (Convidado)  
zap

[10/06 16:36] Sylvio Duque Estrada (Convidado)  
whats app

[10/06 16:36] Wagner de Moura Francisco (Convidado)  
whatsapp

[10/06 16:36] Wagner de Moura Francisco (Convidado)  
whatsapp

[10/06 16:36] Marcia Cristina de Lima Oliveira (Convidado)  
whatsapp



[10/06 16:36] Igor Lima Goettenauer de Oliveira (Convidado)

whatsapp

[10/06 16:37] Vinicius Lameira Bernardo (Convidado)

whatsapp

[10/06 16:38] Mariana Bruxel de Vasconcelos

Os números para cadastro no grupo de WhatsApp podem ser encaminhados aqui no chat.

[10/06 16:38] Roberto Carlos Batista (Convidado)

Sugiro inicialmente três grupos: queimadas, seneamento e mudanças climáticas

[10/06 16:39] Igor Lima Goettenauer de Oliveira (Convidado)

Igor (MPF) - 61 981178978

[10/06 16:39] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

detalhes sobre a programação e inscrição podem acessar <https://doity.com.br/workshop-queimadas-na-amazonia-sul-ocidental>

Workshop Queimadas na Amazônia Sul Ocidental

O workshop é motivada pela preocupação com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e seus povos. O fogo tem sido uma ferramenta ancestral para manejo das terras, entretanto o aumento substancial ...

doity.com.br

[10/06 16:39] Meri Cristina (Convidado)

Meri Cristina - MPAC 68 999849555

[10/06 16:40] Marcia Cristina de Lima Oliveira (Convidado)

Márcia Oliveira - MPAM (92) 98163.0270

[10/06 16:41] Sylvio Duque Estrada (Convidado)

Sylvio Duque Estrada MPAM 92 98432 8688

[10/06 16:41] Vângela Maria Lima do Nascimento (Convidado)

Quanto ao MAPBIOMAS, a ABRAMPA tem um termo de cooperação e nós estamos na etapa de customização dos laudos de acordo com a nossa necessidade. Posso enviar o relatório da capacitação com 22 mps, ocorrida em novembro de 2019.

[10/06 16:45] Vanessa Goulart Barbosa

meiambiente@cnmp.mp.br